

ATA N.º 2/2025

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENICHE,
REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE 2024:

Aos vinte e oito dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco, no Auditório do Edifício Cultural do Município de Peniche, sito na Rua dos Hermínios, na cidade, freguesia e concelho de Peniche, com a participação dos senhores Joaquim Raul Gregório Farto (PS), Inês Grandela Nunes Lourenço (GCEPP) e Mário Rui Santana Mamede (GCEPP), respetivamente Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário da Mesa, Teresa Cecília Batista Lopes (GCEPP), Pedro Henrique Lourenço Barata (PS) e António Manuel Prioste Salvador (PSD), respetivamente Presidentes das Juntas de Freguesias de Peniche, de Ferrel e de Atouguia da Baleia, e dos senhores Hugo José Santos Martins (GCEPP), Anabela Correia Dias (PS), Francisco José de Abreu Lourenço (GCEPP), Henrique André da Silva Estrelinha (PS), Ana Filipa Vala Fialho (PSD), Susana Cristina Rosa Esperança (GCEPP), Carlos Francisco Vala Chagas (PS), Luís Fernando Mamede de Matos Almeida (PSD), Natália Susana Colaço Rocha (PS), Vítor Rui Franco Agostinho (CDU), Ana João dos Santos Lima (PSD), Carla Alexandra Pereira Fernandes Delgado (GCEPP), Margarida da Silva Martins (PSD), José Monteiro Henriques Rocha (CDU), Carlos Miguel Cordeiro do Amaral Domingos (PS), João Viriato Santos Oliveira (CHEGA), António José Antunes Vieira (PSD) e Carlos Jorge Franco Luís (PSD), reuniu-se, extraordinariamente, a Assembleia Municipal de Peniche, para uma sessão extraordinária, com a seguinte ordem de trabalhos:

1.º - Período de intervenção do público.

2.º - Período da ordem do dia:

1) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para autorização da contratação de um empréstimo para construção do Centro de Recolha Oficial Animal (CROA);

2) Reserva Natural das Berlengas.

3.º - Aprovação da minuta da ata.

A sessão foi aberta, pelo senhor Presidente da Mesa, eram vinte e uma horas e dez minutos, encontrando-se na sala vinte e três dos vinte e cinco membros que compõem a Assembleia Municipal de Peniche.

Compareceu no decurso da sessão a senhora Margarida da Silva Martins (PSD) durante a apreciação do ponto um da ordem do dia, passando de imediato a participar nos trabalhos.

Os senhores Carla Alexandra Pereira Fernandes Delgado (GCEPP), António José Antunes Vieira (PSD) e Carlos Jorge Franco Luís (PSD), encontravam-se a substituir os senhores Jorge Manuel da Costa Batalha (GCEPP), Francisco Manuel Pinto da França Salvador (PSD) e Nuno Rodrigo Sales Madeira (PSD), respetivamente, que comunicaram a sua ausência, nos termos do n.º 2 do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

Os senhores Licínio Pereira (GCEPP) e Carlos Manuel Sousa Policarpo (GCEPP), por serem os membros que se seguiam nas respetivas listas, também comunicaram a sua ausência.

Assistiram à sessão o Presidente da Câmara, senhor Henrique Bertino Batista Antunes (GCEPP), em cumprimento do estabelecido no n.º 2 do artigo 48.º da Lei n.º

169/99, de 18 de setembro, e os Vereadores, senhores Ana Rita Trindade Petinga (GCEPP), Filipe Maia de Matos Ferreira Sales (PSD), Ângelo Miguel Ferreira Marques (PS), Cristina Maria Luís Leitão (PSD), Ana Margarida Silva Batalha (PS) e Maria Clara Escudeiro Santana Abrantes (CDU).

A sessão foi secretariada pelo Diretor Municipal de Desenvolvimento e Governança, do Município de Peniche, Rui Vargas, coadjuvada pela Assistente Técnica da Divisão de Administração e Finanças, Marina Luísa Duarte Nunes Viola.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO PARA CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE RECOLHA OFICIAL ANIMAL (CROA):

A Assembleia passou à apreciação do primeiro ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal.

Carlos Miguel Amaral (PS):

Disse o seguinte:

«Relativamente a este assunto só queria esclarecer uma dúvida, quantos animais é que estamos a falar em termos de alojamento, já me disse que era cães e gatos, mas uma vez que estamos perante um empréstimo de cerca de oitocentos mil euros, gostaria de saber que tipo de alojamento e qual é a capacidade de alojamento.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«São largas dezenas de animais, acho que são cerca de oitenta cães e até quarenta gatos, estou a falar em números redondos, mas o essencial do investimento e da execução é o edifício, depois, em termos de área, aquela propriedade é bastante significativa em relação à área que vamos ocupar, portanto, dará a possibilidade de poder construir mais boxes e outros espaços, até para outro tipo de animais, também há essa possibilidade, animais abandonados ou maltratados sem ser cães e gatos, mas para além disso aquilo é junto da estação de transferência de resíduos sólidos e recentemente optámos por comprar mais outra propriedade a norte e o objetivo é ir reforçando as áreas de propriedade municipal naquela zona para eventualidades como esta que atendendo ao alargamento da área dá sempre mais possibilidades. Quando começámos, há cerca de sete anos, as boxes para recolha de animais eram muito residuais, tinham trinta a quarenta animais, fomos alargando as boxes que designámos como provisórias junto da logística municipal, na Prageira, e o espaço está sempre sobrelotado, a estratégia foi reforçar a equipa que neste momento, mesmo sem termos veterinário municipal, temos permanentemente três pessoas a trabalhar, os lugares que disponibilizamos nunca chegam, mas acima de tudo é também a preocupação de tratar aqueles que vão aparecendo e o lugar não é o adequado, no nosso ponto de vista deve ser um espaço isolado, independente e com condições dignas para as pessoas que lá trabalham e para os animais.»

Carlos Miguel Amaral (PS):

Disse o seguinte:

«O que estamos aqui a aprovar é um empréstimo para um projeto e para a construção e eu só queria confirmar o que se encontra na memória descritiva do projeto, que é: o edifício com uma área de construção coberta de 678m², prevê o alojamento para um total de setenta e oito animais, sessenta e dois cães, catorze gatos e dois equídeos ou outra espécie animal. Queria só garantir se é mesmo isso que estamos a falar o que está previsto em memória descritiva.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Se está na memória descritiva é isso que temos que apresentar como projeto, eu referi é que há sempre a possibilidade de aumentar o número de boxes para recolher mais animais, a estratégia municipal de tratamento animal, do bem-estar animal tem sempre como objetivo o tratamento e a procura de doação, é sempre a estratégia, para além de outras medidas, a esterilização, nós não defendemos que a generalidade dos gatos que passam pela nossa equipa fiquem nas boxes, que fiquem por nossa conta, o objetivo é tornar que eles voltem para o seu meio ambiente, ou doação ou para o espaço a que estão habituados que naturalmente isso torna-se mais difícil se forem zonas muito urbanas, mas todos nós se tivermos atentos percebemos que mesmo dentro da cidade em zonas muito urbanas existem gatos, portanto, esta situação não é estanque, o objetivo primeiro é ter um edifício com muita dignidade com as condições, com os equipamentos, com o pessoal técnico e auxiliar para dar essa resposta. O número que indicamos na estimativa foi aquele que calculámos para este momento que, de certo modo, não ultrapassa muito, mas ultrapassa aqueles animais que neste momento estão à nossa guarda.»

Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador (PSD):

Disse o seguinte:

«Na última Assembleia Municipal, quando este ponto foi retirado, fiquei com ideia de que hoje seria apresentado aqui o projeto do CROA, portanto, não estou muito familiarizado com o projeto e eu pedia cinco minutos de interrupção da Assembleia Municipal para nós analisarmos a nossa intenção de voto.»

José Monteiro (CDU):

Disse o seguinte:

«Não é uma área que domino, mas entendemos e é nossa posição favorável, um equipamento que de facto é necessário, cumprindo requisitos do acolhimento, da proteção e tratamento de animais, não só por abandono, mas maus-tratos, a questão que eu coloco é será apenas este valor financeiro o montante por vinte anos, tal facto, foi tido em conta pela relevância para o limite da dívida municipal? Porque, de facto, este valor de oitocentos e tal mil euros vai ascender a cerca de um milhão e duzentos mil, portanto, isto foi equacionado? Teve a ver com essa vertente ou não? Não está em causa o equipamento, mas obviamente que nos preocupa sempre a questão do endividamento. Este prazo de 20 anos, a questão que eu coloco é se ele tem a ver com esse apeto do limite da dívida.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Isto é o orçamento que está calculado para a empreitada e nós até podemos lançar, se entendermos, a empreitada por valores superiores, porque às vezes fazemos isso com receio que não apareçam empreiteiros, não concorram. Quando nós propomos empréstimos até um determinado valor o nosso objetivo nunca é gastar esse valor, mas é um limite, ou seja, mesmo que a empreitada

custe um milhão de euros, nos só podemos ir buscar oitocentos e dez mil euros, de qualquer maneira, para além disso, também é nossa intenção, até porque já o recebemos e espero sinceramente que a Câmara Municipal não o perca, neste valor à partida nós estamos a tentar reduzir um valor que já recebemos que é um subsídio para a construção, agora, colocámos porque já devíamos ter feito a construção e ainda não fizemos e temos estado a pedir a prorrogação do prazo de execução e já enviamos inclusive o cronograma de execução da obra em função de isto ser aprovado hoje, se não for aprovado hoje temos de tomar outras decisões. A resposta é, como noutros empréstimos que temos feito, ir processando o pagamento dos empréstimos e ir reduzindo, mesmo que a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal tivessem autorizado valores superiores e isso vamos apresentar na próxima Assembleia Municipal de abril que é a apresentação de contas, mas posso dizer que neste momento temos um plafond que podemos recorrer em termos de endividamento de 13.149.000,00 euros, nunca a Câmara teve um plafond de capacidade de endividamento como tem neste momento e mesmo a situação financeira, logicamente, se calhar, eu fui das pessoas que mais contribuiu para alertar para a situação financeira durante o ano passado, mas neste momento estamos muito mais tranquilos em relação a essa situação, já temos os resultados das contas a 31 de dezembro de 2024, alguns recordar-se-ão dos resultados de 2023, foi um resultado muito criticado, em termos de resultados financeiros que eram 1.400.000,00 euros, negativo, em termos contabilísticos, e neste momento sabemos que conseguimos inverter essa situação e passámos para um resultado positivo, portanto, também em termos de pagamentos a fornecedores estamos muito mais tranquilos, neste momento, do que estávamos há um ano ou há 10 meses, não somos propriamente umas pessoas irresponsáveis, não temos recorrido, até porque também não nos têm deixado, a financiamento para alguns dos objetivos que fomos apresentando durante os sete anos, mas são opções, temos que respeitar a vontade da maioria.»

José Monteiro (CDU):

Disse o seguinte:

«Eu quando referi, há pouco, o arranque da obra tem a ver com o financiamento do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, os 166.000,000 euros, esse é um financiamento único de uma só vez, não há outra possibilidade de, eventualmente, mais tarde poder haver?»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Não, estes 186.000,00 euros já recebemos, logicamente, como em todos os projetos e hoje estivemos em reunião de Câmara a falar noutros projetos, quando existem os projetos eles são aprovados pela Câmara, mesmo que não consigamos ir executar, temos vários, tanto na Câmara como nos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, por alguma razão, é aquilo que nós dizíamos, temos projetos em carteira, mas mesmo projetos que estão a ser executados ou projetos que venham a ser executados no futuro ou que a obra está terminada, às vezes há essa oportunidade, depende dos avisos das candidaturas e depende também dos programas, depende do conjunto de fatores, ou seja, sempre que há oportunidades e que nós estamos a acompanhar e estamos muito atentos, temos um Gabinete de Financiamento que não existia na Câmara, que é o mesmo Gabinete de Apoio às Empresas que estão muito atentos, nós também estamos muito atentos, outras entidades que nos enviam a informação, ainda hoje recebemos uma informação de uma candidatura que tínhamos apresentado durante o ano passado e que nos tinham informado que já não havia capital disponível nesse aviso e hoje deram-nos informação ao contrário, informaram-nos para, até 31 de março, apresentarmos um conjunto de elementos que à partida vão-nos aprovar essa candidatura e nem sequer fizemos a despesa, apresentámos a candidatura. Nas candidaturas e nos

apoios que se apresentam ou que aparecem como oportunidades, é um bocadinho de tudo, há candidaturas neste mandato que estavam financiadas a 85% e porque as coisas correram bem, atingimos praticamente os 100% de financiamento.»

Presidente da Junta de Freguesia de Atougia da Baleia, António Salvador (PSD):

Disse o seguinte:

«Pergunto se não havia candidatura para esta obra, faz-se tantas candidaturas para tantas obras, se não esta não era candidatada a fundos comunitários.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Os 186.000,00 euros é resultado de uma candidatura que nós apresentamos, aliás já tínhamos apresentado outra que era pequenina, era de 50.000 euros e tivemos de devolver, há cerca de seis anos, a nossa esperança é que possa aparecer outros programas, outras oportunidades e nós apresentaremos aquilo que é a circunstância deste processo, o seu desenvolvimento, o valor que está envolvido, logicamente, que se houver a oportunidades de apresentarmos e que nos aprovem, nós apresentamos. Nós temos uma postura que é, sempre que podemos, mais vale agir por excesso que por defeito, quando temos essas oportunidades apresentamos, chumbou, chumbou, não foi considerado, às vezes fica trabalha. Nós temos um projeto terminado, que é os Fornos do Morraçal que no mandato passado estava calculado em 400.000,00 euros, apresentamos a candidatura só nos financiavam a 25% e nós parámos a candidatura, existe o projeto, que significa que se aparecer outra oportunidade para contratar o Município tem.»

Margarida Martins (PSD):

Disse o seguinte:

«Esta intervenção é no sentido de deixar bem claro que a posição da nossa bancada, como sempre foi a posição do partido, é que efetivamente existe a necessidade de um espaço como o CROA e que até peca por tardio, ou seja, esta necessidade já é muito antiga e efetivamente já vamos um bocadinho atrás se calhar daquilo que seria o desejável, a única coisa que nos deixa um pouco apreensivos é efetivamente o montante, eu também cheguei um pouco atrasada e não sei se isso já foi aqui discutido ou pelo menos esclarecido por vós o montante e a razão pelo qual é um montante tão grande, porque basta uma pesquisa breve para ver que há outros Municípios que fazem equipamentos equivalentes por valores bem mais simpáticos para a carteira dos Municípios. Gostaria então de perceber, efetivamente está disponível no link da Meocloud os documentos do projeto de arquitetura, de engenharia, de drenagem etc., etc. e o orçamento, e de fazer a ligação entre aquilo que é o projeto e o orçamento e o porquê deste valor tão elevado.»

João Oliveira (CHEGA):

Disse o seguinte:

«Começo por dizer que o projeto que nos foi enviado e que eu tive a oportunidade de tentar ler, pelo menos, alguns dos detalhes prevê toda uma obra, mas na prática eu fiquei muito pouco esclarecido sobre aquilo que seria a ação deste projeto ao longo dos anos que vêm a seguir e a verba será espalmada, obviamente, ao longo do tempo no investimento que depois terá de ser pago pelo Município que prevê um compromisso de 20 anos, portanto, irá inclusivamente envolver futuras administrações municipais. Eu queria perguntar-vos se há ainda espaço, uma vez que existe também margem naquilo que é a verba que se pensa contrair, para alterações ao conceito base deste projeto como forma de ação e se ainda existe a possibilidade de se incluir uma estratégia que

contemple a participação ou pelo menos uma gestão que preveja uma ação participativa da população de Peniche, isto porque me preocupa que uma verba tão grande seja de facto destinada aos animais sem que entretanto a mesma verba possa resultar numa sensibilização e inclusivamente o envolver a população numa iniciativa que possa melhorar as condições de vida de animais, mas, sobretudo, de munícipes. Para vos partilhar algumas preocupações que poderiam transformar-se num documento e numa sugestão para apresentar á Câmara, eu gostaria que este projeto envolvesse o estímulo à adoção de animais abandonados desta forma, reduzindo a superlotação do Canil Municipal para melhorar as condições habitacionais dos munícipes e dos animais adotados, portanto, aqui iria prever-se que se pudesse envolver a população, porque não usando a verba, melhorando condições de algumas habitações, poder propor à população que se envolvesse mais na vida do próprio projeto que prevê as condições de vida dos animais, portanto, incentivar o desenvolvimento económico local, fazendo, se calhar desta verba, pequenos investimentos de melhoria em habitações que pudessem prever a adoção de animais e descentralizar também esta missão e criar um modelo de gestão participativa. Este processo, o que poderia fazer era levar os munícipes a interessarem-se e a manifestarem-se na intenção de adotar animais, uma avaliação e aprovação da parte da Câmara aos próprios munícipes que quisessem envolver-se neste projeto, o montante do empréstimo poderia então ser definido como quase um financiamento até para melhoria de condições de todos, pessoas e animais, obviamente com supervisão e acompanhamento da própria Câmara Municipal, isto já que é um projeto a 20 anos, pode-se estruturar desta forma que se consiga realmente tornar a comunidade mais participativa e depois com isto criar um projeto de financiamento, baseado nesta verba, que permita que a Câmara tenha uma intervenção na própria população do Município, crie postos de trabalho que são postos de trabalho, obviamente, no mundo privado, é uma forma de injetar indiretamente capital e sobretudo economia no Município sem ter de estar sempre a honrar continuamente a própria Câmara Municipal com os postos de trabalho que quer dar e que eu valorizo a intenção, acho que é sempre uma boa intenção dar trabalho às pessoas, mas dispersar um pouco mais pelo própria comunidade aquilo que será a capacidade de empregabilidade do Município. Há espaço ainda para uma coisa deste género no próprio projeto?»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Os projetos são aquilo que as pessoas querem em cada momento, e querem, têm dinâmica e agarram ou não agarram e depois os apoios que há e a capacidade financeira e tudo mais, quem estiver atento na comunicação social por vezes vê, particularmente na televisão, algumas instalações de recolha de animais, umas são muito boas outras são rudimentares. Todos se lembraram, há três ou quatro anos, de um grande incêndio no Norte em que morreram centenas de animais, há associações que não têm condições financeira, nem Câmaras que têm essa opção e quando lhes é permitido facilitam, vedam os espaços, põem casotas, cada faz o que entender. Eu não vou ter tempo para contar a história destas instalações e como isto começou, estou a falar como Presidente de uma associação que existiu, nós quando estivemos a trabalhar e que começamos a desenvolver o projeto tínhamos uma grande ambição e não queríamos se tão ambiciosos, logicamente que quando encontrámos pessoas que queriam uma coisa muito ambiciosa e partiu do pressuposto que iria haver uma candidatura para apoiar essa construção, aquilo nasceu a partir daí e foi dentro desta casa, o primeiro projeto foi elaborado gratuitamente pelo Gabinete Técnico de Caldas da Rainha, ainda existiam os antigos gabinetes de projeto, o financiamento nunca aconteceu e, logicamente, nós cometemos um erro, nós a Direção, quem tomou as decisões, foi ter avançado com aquilo sem ter o dinheiro todo, tinha deixado os 100.000,00 euros que gastou ali e que outras entidades nos ajudaram, são valores que não estão faturados, e não tínhamos avançado e um dia

tínhamos comprado um espaço que não era do Município e fazíamos o que fizeram outros. Isto não é um projeto a 20 anos, é um financiamento a 20 anos e a proposta que aparece é de 810.000,00 euros, eu já disse que se os 186.000,00 euros não forem devolvidos não vamos utilizar o empréstimo e, para além disso, se nós tivermos condições financeiras para liquidar aqueles empréstimos que temos e que estão contestado, nós liquidamos, não deixamos tesouraria e investimos, pagamos, essa é sempre uma oportunidade, agora, depende sempre das pessoas que estão na área, mas também depende dos políticos que estão na casa, não é só dizer que gostam de animais, que depois não tratam dos animais e não tomam medidas, provavelmente alguns, se soubessem o dinheiro que tem sido gasto no tratamento e na proteção dos animais desde que nós entrámos, alguns criticariam essa opção, são opções, quem vier atrás pode cortar com tudo. Nós tivemos uma técnica que na altura ia muitas vezes para as redes sociais, desgastou-se de tal maneira que teve de ir embora, a seguir tivemos outra técnica que é Peniche, também achámos ser uma boa técnica, também começou a responder nas redes sociais e teve de ir embora, talvez se eu fosse para as redes sociais, como outros vão e andam sempre, já me tinha desgastado e tinha ido embora, a mim não me apanhara nessa. Este projeto depende muito disso, depende do que queremos, o edifício em si, é um edifício polivalente, é um edifício para fazer intervenções, operações, todo o tipo de tratamentos dos animais em ótimas condições, com a preocupação de uma boa alimentação para os animais, com a preocupação de ter condições para os animais andarem à solta e passearem.

A questão que o senhor Deputado João Oliveira referiu, em relação à população, depende, nós temos situações, durante estes anos, que houve muita gente que o apoio também foi uma procura constante de destabilizar aquele setor, aquelas pessoas que estavam ali a trabalhar, que é muito difícil trabalhar. Fazamos um exemplo, setenta a oitenta animais todos os dias, só para limpar o espaço em que esses animais estão e é limpo todos os dias, ter a alimentação, é uma situação muito exigente, mas o que é certo é que os animais existem e também temos a certeza de outra coisa, quando começamos a intervir da forma como temos estado a intervir, já não existem animais na rua como existiam, existem pontualmente. A questão dos animais é uma questão muito sensível e cada um de nós tem o seu olhar, nós nem gostamos de exhibir aquilo que fazemos, mas há uma política que é uma estratégia, que eu não acompanho diariamente, que é a promoção da adoção. Aquilo que, no fundo, o senhor Deputado João Oliveira procurou desenhar, a possibilidade de investir em casas privadas, é uma coisa muito complexa, o que eu digo é que qualquer coisa na Administração Pública, na generalidade, leva meses para fazer e é desgastante, agora, o objetivo principal é o bem-estar animal, depois cada um faz a gestão como entender.»

João Oliveira (CHEGA):

Disse o seguinte:

«Há, ainda, espaço para a inclusão de qualquer coisa desta natureza no projeto ou é já um projeto fechado hermeticamente?»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Este é um projeto que está sempre aberto, está sempre disponível, depois depende, primeiro, quem manda politicamente é que tem de definir a estratégia de intervenção, de abertura, há muitas coisas para fazer se quisermos, a definição é essa, eu tenho pena de não ter conseguido começar, há quatro ou cinco anos uma coisa destas, e ter terminado, porque na minha cabeça eu sei a qualidade que aquilo teria, não tenho tanta certeza que vá ter essa possibilidade, mas eu estou disponível, mesmo quando me for embora, para estas e outras coisas, agora, a verdade é que neste projeto, como em outras propostas que nós fizemos, demoram muito tempo e aquilo que não nos permitiram, em 2020, contrair um empréstimo de um milhão de euros para fazer o asfalto que era

preciso fazer neste concelho, hoje nem com três milhões de euros, essa é que é a questão, agora multiplicamos isto por não sei quantas coisas.»

Deliberação n.º 17/2025: Submetida a proposta (n.º 2582/2024) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por maioria, com dezasseis (16) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (6), pelo Partido Social Democrata (6), pela Coligação Democrata Unitária (2), pelo Chega (1) e pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal, Joaquim Farto, eleito pelo Partido Socialista (1), e seis (6) abstenções, dos membros eleitos pelo Partido Socialista (5) e pela senhora Deputada Margarida Martins, eleita pelo Partido Social Democrata (1), autorizar a contratação de um empréstimo para construção do Centro de Recolha Oficial Animal (CROA), com a entidade bancária Banco Português de Investimento, nas condições constantes da sua proposta CIS 115/2024, datada de 06 de novembro de 2024. Por não se encontrarem na sala durante a votação deste assunto, os senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Peniche e de Ferrel não participaram na votação deste ponto.

A Bancada do Partido Socialista apresentou a seguinte declaração de voto:

«Declaração de voto:

Empréstimo para a Construção do Centro de Recolha Oficial de Animais do Concelho de Peniche:

*Os deputados municipais do Partido Socialista **abstiveram-se** na votação relativa à aprovação do empréstimo destinado à construção do Centro de Recolha Oficial de Animais do Concelho de Peniche.*

A presente abstenção não deve ser interpretada como oposição à importância e necessidade de um espaço digno, funcional e adequado para o acolhimento e cuidado dos animais errantes do concelho, objetivo com o qual concordamos plenamente. Reconhecemos o valor desta infraestrutura para o bem-estar animal e para a comunidade em geral.

Contudo, optamos pela abstenção devido:

- falta de informação detalhada relativamente aos termos financeiros do empréstimo, incluindo encargos e impacto orçamental futuro;

- ausência de um plano de sustentabilidade e gestão a longo prazo da infraestrutura; necessidade de uma discussão mais aprofundada e participada sobre as soluções alternativas de financiamento.

Esperamos que este projeto seja implementado com responsabilidade, transparência e em consonância com os princípios da boa gestão pública.»

A senhora Deputada Margarida Martins, eleita pelo Partido Social Democrata, apresentou a seguinte declaração de voto:

«Declaração de voto:

Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para autorização da contratação de um empréstimo para construção do Centro de Recolha Oficial Animal (CROA):

«A construção de um Centro de Recolha Oficial Animal digno é algo já há muito desejado por todos. Este edifício é de uma necessidade extrema no que concerne ao bem-estar animal bem como à melhoria das condições de trabalho dos veterinários e restantes colaboradores que trabalham diariamente nesta área.

No entanto, após apresentação do projeto para a construção deste edifício, ficaram algumas dúvidas por esclarecer, principalmente o porquê de ser necessário contratar um empréstimo de mais de 800 mil euros.

Outros concelhos e até comunidades intermunicipais realizaram projetos semelhantes por valores bem mais baixos, alguns até por metade deste valor.

Ressalvo que sou favorável à execução desta obra, mas tenho preocupações com o valor apresentado, pois considero que pode colocar em causa a sustentabilidade financeira do município a longo prazo.

Assim sendo, tomo a posição de um voto de abstenção, face aos pontos acima elencados.»

2) RESERVA NATURAL DAS BERLENGAS

Relativamente ao segundo ponto da ordem do dia, registaram-se as seguintes intervenções:

Presidente da Mesa, Joaquim Farto (PS):

Disse o seguinte:

«Permitam-me que faça uma ligeira apresentação da metodologia da sessão. Vamos fazer como primeiro ponto uma contextualização jurídica da Reserva Natural das Berlengas, algo muito breve, apenas para lançar o tema e em segundo lugar teremos a intervenção dos diferentes grupos municipais, em primeiro a intervenção do Partido Social Democrata, depois do Partido Socialista, depois da Coligação Democrata Unitária, a manifestação por parte do grupo do Chega e do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche se entretanto entenderem que o devem fazer, depois, como terceiro ponto temos a intervenção do público, também vamos abrir a possibilidade de o público participar naturalmente no debate deste tema a quem desde já agradeço a presença.

Teremos resposta por parte da autarquia às dúvidas e perguntas que eventualmente sejam levantadas, algumas questões poderão não ser respondidas, no caso de dúvidas não devidamente esclarecidas ou não respondidas, assim como observações, pareceres ou propostas aqui apresentadas serão submetidas posteriormente à consideração superior e havemos de obter resposta por escrito.

Para os menos habituados a estas questões relacionadas com Assembleias Municipais, quer ordinárias, quer extraordinárias, dizer que uma Assembleia desta natureza, portanto, extraordinária, será naturalmente registada em ata, portanto, tudo aquilo que aqui for dito e expresso será registado em ata que poderá inclusivamente constituir um instrumento de envio às autoridades que nós eventualmente possamos entender como pertinente enviar ou dar conhecimento das nossas preocupações.»

Diretor Municipal de Desenvolvimento e Governança, Rui Vargas:

Disse o seguinte:

«Relativamente àquilo que nos foi pedido, não iremos ocupar muito tempo naquilo que são as características do Arquipélago das Berlengas e da própria Reserva Mundial da Biosfera, porque todos conhecem e também não foi isso que foi solicitado, fizemos uma pequena apresentação que foi enviada durante o decorrer do dia de hoje para os senhores membros da Assembleia Municipal com algumas características, aquilo que nos interessa mais e que foi solicitado tem a ver com o cronograma sobre as atribuições:

- Em 1981, o arquipélago foi classificado como Reserva Natural das Berlengas;*
- Em 1997, integra a Rede Natura 2000;*
- Em 1999, é constituída a Zona de Proteção Especial Selvagem, reforçando a proteção;*

- Em 2008, há a resolução do Conselho de Ministros n.º 180/2008, que publicou o Regulamento do Plano de Ordenamento da Reserva Natural das Berlengas; e
- Em 2011, a UNESCO atribuiu a classificação de Reserva Mundial da Biosfera. Ainda, relativamente à questão do Plano de Ordenamento, este plano foi publicado em Diário da República como alteração ao Plano Diretor Municipal, em 2021.
- Em 2018 e 2019, há um investimento nas infraestruturas no próprio território.
- Em 2020, há atribuição da Cogestão e é assinado um protocolo entre o Município de Peniche, a Secretaria de Estado do Ambiente e o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas.
- Em 2021, é publicada a Portaria n.º 30/2021, de 10 de fevereiro, que determina as condições de acesso à área terrestre da Berlenga e o respetivo modelo de gestão e mecanismos de controlo e fiscalização.
- Em 2022, é publicada a Portaria n.º 19/2022, de 05 de janeiro, que fixa o valor da taxa devida do acesso à área terrestre da Berlenga.
- Em 2023, é aprovado o relatório de ponderação da consulta pública da proposta do Plano de Cogestão que é referente aos anos 2024-2026.
- Em 2024, é celebrado o novo protocolo de colaboração técnica e financeira daquilo que seria o protocolo tripartido ou que foi, entre o Município de Peniche, a Secretaria de Estado e o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas.

Relativamente aos despachos mais recentes, temos os dois despachos da senhora Ministra do Ambiente – Despacho n.º 1992 e o Despacho n.º 2440, portanto, estes são os pontos mais relevantes do ponto de vista de um cronograma de atribuições. Depois, há aqui um conjunto de obras que já tinham sido apresentadas no Município que foram feitas nos anos 2018, 2019 e 2020, e também algumas intervenções que decorreram depois da situação pandémica em 2022, 2023 e continua a haver agora ainda investimento, em 2024 e 2025.»

Luís de Almeida (PSD):

Disse o seguinte:

«Em relação ao tema da Berlenga que foi solicitado por mim e pelo senhor Deputado Carlos Miguel Amaral, do Partido Socialista, o grande objetivo é esclarecer o ponto de situação que, ainda por cima, posteriormente ao nosso requerimento esse ponto de situação foi reforçado pelo despacho da senhora Ministra, conforme já abordámos e, portanto, eu passaria a ler um documento que elaborei:

“Tudo farei para que, daqui a dez anos, a ilha da Berlenga, em termos turísticos, ofereça mar e experiência marítima única, bom equilíbrio entre pessoas e ambiente, calma e contemplação em que se compreenda a envolvente, experiência do quotidiano e pernoita ancorada quase exclusivamente em energias alternativas, bons e seguros percursos marítimos e pedonais, boas condições de acesso, bons serviços de apoio.

A Berlenga também tem de continuar a ser uma ilha com atividade piscatória, para isso tem de manter boas condições de habitação para os pescadores, requalificar o Bairro dos Pescadores numa perspetiva de pequena “urb” moderna, criativa e sustentável, energias alternativas, monitorizar a atividade da pesca com garante de pesca sustentável, garantir que a atividade tenha os melhores impactos possíveis igualmente monitorizados e apoiados na sua evolução.

A ilha da Berlenga para manter a sua evolução de forma sustentável deve: ser gerida de forma competente e permanente, alguém responsável, ser monitorizada do ponto de vista do seu equilíbrio ambiental e ser acompanhada cientificamente, a Berlenga pode/deve ser objeto de investigação permanente, estar equipada de tecnologias modernas que garantam a respetiva

sustentabilidade, ser apoiada financeiramente nos respetivos planos de desenvolvimento e melhoria continua.

A análise atual, base do caminho a percorrer para os objetivos enunciados, apresentam os pressupostos:

1 – A taxa cobrada aos visitantes permite contar com cerca de 150 a 200 mil euros para ações de manutenção ou investimento na ilha da Berlenga, anualmente;

2 – O facto de a Reserva Natural da Berlenga estar integrada na Reserva da Biosfera de Peniche permite uma abrangência de candidaturas de apoio em investimento que deve ser encarada nesta perspetiva conjunta;

3 – Deve ser criada ou poderá ser estudada a possibilidade de criação de pequena nova centralidade, ou seja, de um novo polo de apoio na zona do campismo;

4 – Há a necessidade de reabilitar muitas infraestruturas, esta necessidade já está devidamente levantada pela Comissão de Cogestão, há situações mais necessárias e tudo o que dirá respeito à segurança é certamente ultra necessária, em relação ao acesso, igualmente necessário, portanto, são investimentos muito avultados dos quais há grande necessidade de concretização;

5 – Há uma grande necessidade de requalificação do Forte de São João Batista, da ponte e das escadas de acesso. Sabemos que é prática comum nas visitas atuais o passeio pedonal que utiliza aquele percurso e o percurso, de facto, precisa de uma grande melhoria nas suas condições de segurança;

6 – As necessidades de manutenção e investimento ultrapassam em muito as possibilidades do Município, portanto, disto não temos dúvidas nenhuma e tem de haver aqui toda uma forma de ampliar os dinheiros necessários sob a forma de candidaturas e temos de estar sempre atentos e daí a necessidade de gestão permanente e de acompanhamento permanente para conseguir que a Berlenga tenha cada vez melhores condições;

7 – As disponibilidades de água potável são questões de difícil resolução exigindo estudo e respetivo projeto. É referida aqui a água potável, mas poderíamos referir aqui a energia quando falamos em energias alternativas, portanto, são tudo situações que exigem muito estudo, exigem certamente inovação nas formas de abordagem para que a Berlenga pudesse ser uma experiência de uma vida baseada, ancorada nas energias alternativas e que devidamente monitorizadas davam origem a uma forma de turismo muito diferenciada;

8 – Deveria manter-se alguns combustíveis fósseis, mas para situações de emergência e situações de difícil funcionamento regular com energias alternativas. Pensamos que há certas questões como o funcionamento das cozinhas, etc., que as energias alternativas é muito difícil dar resposta, mas tudo isso há soluções novas e há possibilidade de estudo;

9 – Entendemos que a Berlenga devia de ter condições de pernoita de 15 a 20% da sua capacidade de carga. Achamos que a Berlenga é tão bonita e nesta perspetiva de vivência ancorada nas energias alternativas seria tão interessante a possibilidade de pernoita que era um aspeto que devia ser muito bem estudado, muito bem equacionado. Será também, provavelmente, a razão da tal existência do terceiro polo de apoio do desenvolvimento da zona de campismo que ela própria devia ser pensada, não só para ser zona de campismo pontual e, portanto, temporário, mas irmos tentar corresponder às necessidades, que farão daquela zona uma zona de campismo ambiental que tenha formação e que seja interessante para os adultos, mas principalmente para os nossos jovens;

10 – A prestação de serviços parece-nos equilibrada, exceto no que corresponde às condições de pernoita a atingir se considerarmos que esta proposta da pernoita é uma ideia razoável.

Do ponto de partida, com os pressupostos enunciados, para se atingirem os objetivos podem considerar-se seis ideias macro:

1 – Atualmente a ilha da Berlenga vivencia-se com base em dois polos de apoio, Bairro dos Pescadores, Carreiro do Mosteiro e o Forte de São João Batista. Parece interessante prever/ analisar

a viabilidade de um terceiro polo de apoio, zona de campismo, que poderá desenvolver condições de parque de merendas, de pernoita e apoio sanitário. Para aqui julgamos que poderia tentar-se a possibilidade de utilização das atuais instalações da Autoridade Marítima, sabemos que estão praticamente inativas, pelo menos pelo que vamos constatando, e poderia ser uma base de apoio para esta proposta e para esta reflexão que estamos a fazer.

2 - As atividades desenvolvidas na ilha da Berlenga devem encaminhar predominantemente para soluções de eletrificação, outras soluções de geração de energias alternativas, eventualmente experimentais, devem ser compatíveis com o projeto estratégico global, portanto, deve haver um projeto estratégico global para esta questão das energias. Na perspetiva do funcionamento e manutenção, cada polo de apoio, integrado numa ideia estratégica de um todo, poderá e talvez seja interessante ser abordado individualmente.

4 - Pernoitar na ilha da Berlenga consiste numa experiência que deve ser monitorizada e que deverá evidenciar um modo de vida baseado em energias alternativas. A experiência proporcionada pela Berlenga, ainda que turística, deverá ser formativa e por isso deverá ter suporte regular de iniciativas de abordagem científica, análise e informação. As ações destinam-se a todos, mas devem ter maior incidência nos jovens.

5 - Nas circunstâncias em que se aplique a compatibilidade entre pernoita turística e a pernoita científica passa muito pela calendarização das prioridades, de outubro a maio os alojamentos seriam mais destinados à atividade científica, de junho a setembro mais destinados à atividade turística e penso que aqui não tem de haver conflito, certamente há condições de alojamento para as situações necessárias. Dizemos que do ponto de vista da Câmara a atividade turística tem uma importância muito grande, apesar de também ter importância a científica, do ponto de vista de outras entidades nossas parceiras que devemos ter a melhor relação possível e construtiva, certamente que a científica tem mais peso, mas temos a noção de que são totalmente compatíveis as várias situações.

6 - Os transportes de acesso devem contemplar horários, a custos razoáveis que permitam estadias diárias mais longas e pernoita. O que dizemos é que toda a lógica de acesso e de transportes para a ilha da Berlenga está baseada numa estadia de meio-dia que faz com que seja um bocadito tudo a correr. Eu diria que o objetivo da senhora Ministra do centro interpretativo quase que não valia a pena, porque os visitantes quase não têm tempo para visitar, portanto, pode haver aqui uma fórmula, tudo isto são coisas que têm de ser trabalhadas entre todos e a seu tempo, pode haver aqui uma fórmula de que, sim senhor, a maioria é meio-dia, mas há uma pequena percentagem que tem a possibilidade, sem ser o dobro da tarifa de transporte, digamos, com um custo mais razoável, de ficar diariamente e a tal possibilidade de haver uma percentagem para pernoita.

Antes de chegar aos objetivos de médio prazo, que são os enunciados, tem de se garantir o bom desenvolvimento do curto prazo, aí temos consciência das múltiplas dificuldades, mas também das muitas indefinições e falta de liderança da Comissão de Cogestão. Conscientes da urgência de algumas tomadas de posição questionamos:

1 - Em que situação se encontram as verbas já recebidas pela taxa aplicada e que projetos existem para a sua utilização.

2 - Quais as diligências já efetuadas pela Comissão de Cogestão para dar resposta aos estudos necessários para a concretização dos investimentos previstos no recente Decreto-Lei que como sabemos se aplica quase exclusivamente ao Forte de São João Batista que necessita muitíssimo desta intervenção e para as quais temos total consciência de que a Autarquia não tem possibilidade de concretizar.

3 - Para a época que se aproxima, como se pensa ultrapassar a evidente insuficiência e funcionalidade das atuais instalações sanitárias.»

Carlos Miguel Amaral (PS):

Disse o seguinte:

«Esta sessão surge no seguimento de um requerimento elaborado por mim em conjunto com o senhor Deputado Luís de Almeida, como já foi referido, dirigido ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, no sentido de ser realizada uma Assembleia a que demos o nome de “Ilha da Berlenga – Presente e Futuro” que pretendia uma reflexão sobre a Reserva Natural da Berlenga e que foi aceite por unanimidade, sendo a mesma enquadrada no artigo 26.º do Regimento da Assembleia Municipal, ou seja, debate sobre aspetos específicos da política municipal e o artigo 26.º diz que as sessões deste tipo tem a natureza de sessão extraordinária, como é o caso, mas a sua duração é limitada a uma única reunião não devendo exceder a duração de três horas e meia, portanto, tirando o facto de termos discutido numa Assembleia Extraordinária a questão do CROA, é a partir das vinte e duas horas que vamos falar sobre a Berlenga.

Refletir sobre a Berlenga, no meu caso em particular e também como muitos dos que estão aqui presentes, temos de ter em conta um pouco quer o lado afetivo, quer um pouco o lado pragmático da situação, não os separando, mas procurando encontrar algum equilíbrio que por diversas vezes irei citar. Do lado afetivo, referir as minhas vivências dos últimos 50 anos, tenho familiares com ligação à ilha, o meu avô foi durante muitos anos mestre do Cabo Avelar, acabando na pernoita, seja do lado do forte, seja do lado do restaurante. Gostaria desde já aproveitar esta oportunidade para agradecer todo o trabalho que tem sido feito pelos atuais e anteriores trabalhadores do Município que se encontram afetos à Berlenga, não esquecendo o trabalho e a dedicação pura à ilha desenvolvido pelo senhor João, pela Dona Maria, pelo Veríssimo, pela Mariete e mais recentemente pelo Nuno, a todos eles presto a minha homenagem, um grande obrigado, fizeram todos parte, com certeza, da vida de muitas pessoas na ilha da Berlenga devendo sempre ser lembrados. De igual modo, agradecer a todos os que passaram e os que se encontram no Forte de São João Batista que ali também desenvolveram o seu trabalho, garantindo a sua manutenção e conservação ao longo destes 50 anos, também, do outro lado, muitas vezes sozinhos nos primeiros meses do ano e já depois do verão, não me posso esquecer do Rui Nazareno, mais uns dos bons que passaram naquela ilha e um verdadeiro guardião do forte, estas pessoas que estiveram e se encontram nos dois lados da ilha, mas constituem um todo, presto em meu nome e em nome deste grupo municipal e, com certeza de todos, a devida homenagem.

Agora vem o lado pragmático e para começar é sempre bom contextualizar a legislação relevante que foi produzida sobre a Reserva natural da Berlenga, mas de forma aprofundada, não de forma sumária, um pouco para o que feito no passado, o presente e o futuro, para onde caminhamos e acreditem que estes documentos já seguem uma determinada orientação, seja nas regras vigentes ou no que se pretende constituir, ou seja, quem é o quê naquela ilha, a sua área de atuação e quais são as suas competências e responsabilidades para que não restem dúvidas a todos, uma vez que é baseada em legislação publicada e acessível a todos, é público, bem como outros documentos de igual importância. Nos tempos que correm cada vez mais precisamos de ter informação fidedigna para que possamos falar com certezas e verdades, factos. Apresentarei medidas que podem ser implementadas, do meu ponto de vista, à luz destes diplomas e colocarei as dúvidas a quem de direito e espero ver respondidas. Tal como foi referido na intervenção do senhor Deputado Luís de Almeida, para este grupo municipal as condições de pernoita por parte dos visitantes na ilha da Berlenga devem ser, sem qualquer dúvida, garantidas e nos locais que para aquele intuito foram, desde sempre, destinados, o restaurante, a área de campismo e o Forte de São João Batista, não é admissível qualquer outra solução.

As dimensões ambientais, naturais, de sustentabilidade e preservação científicas, de aprendizagem e de turismo-económicas devem ser equilibradas na Reserva Natural da Berlenga, são um conjunto e nunca isoladas por si só.

Comecemos então com a criação da reserva, já em 1981 e depois na Portaria n.º 355, passado 18 anos, que define a capacidade de carga humana na Reserva Natural da Berlenga. Carga humana, capacidade de carga humana na área terrestre da ilha da Berlenga fixada até ao limite de 550 pessoas em simultâneo, exceção a quem é residente sazonal habitual, a quem é prestador de serviço devidamente creditado e a quem é representante de entidades oficiais com área jurídica na reserva, são estes que constituem os 550 de carga humana.

Nesse mesmo ano, também em 2019, em agosto é definido o modelo de Cogestão das áreas protegidas. O modelo de Cogestão pretende a adoção de modelos de Cogestão que incentivem um estabelecimento de parcerias com as entidades presentes no território, juntam-se a Autoridade Nacional para a Conservação da Natureza, os Municípios e quem pelo conhecimento técnico-científico e saberes possa contribuir para a aplicação das políticas de conservação, valorização e competitividade, cria-se assim a Comissão de Cogestão da área protegida enquanto órgão de administração. Esta Comissão de Cogestão tem como competência e é competência dos órgãos municipais a gestão das áreas protegidas de âmbito local, participar na gestão das áreas protegidas de âmbito nacional e instaurar e instruir e decidir processos contraordenacionais. As competências dos órgãos municipais previstas no presente decreto são exercidas pela Câmara Municipal.

As entidades envolvidas na área protegida são a Comissão de Cogestão e respetivo Presidente e o Conselho Estratégico. Já em 2021 é determinada a composição da Cogestão da Reserva Natural da Berlenga, que é o senhor Presidente da Câmara Municipal de Peniche que preside à comissão, o Diretor Regional do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, o representante do Instituto Politécnico de Leiria, representante de Organizações não Governamentais e representante da Associação para a Promoção de Desenvolvimento.

É igualmente criado o regulamento de funcionamento que suporta a respetiva comissão, onde são definidas competências e funções dos intervenientes e convém olhar para este documento e perceber o que aqui está escrito.

Natureza: a Comissão de Cogestão concretiza a cogestão das áreas protegidas consubstanciando o princípio de participação dos órgãos municipais na gestão, bem como dos representantes das entidades relevantes para a promoção do desenvolvimento sustentável da Reserva Natural da Berlenga, entre outras garante a cogestão, contribui para o desenvolvimento, promove o debate, presta informação necessária para assegurar a coerência e complementaridade entre os diversos organismos, comunica com todas as entidades públicas e é composta pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, um representante do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, um representante do Instituto Politécnico de Leiria, um representante de uma Organização não Governamental, neste caso a SPEA - Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves e um representante da parte do ensino, da parte de ciência, a Smartocean.

Funções do Presidente da Comissão de Cogestão: acompanhar e elaborar a revisão dos instrumentos de gestão e respetiva execução e aqui tenho algumas questões, no entanto, não tenho quaisquer dúvidas de quem é quem e quais são as suas responsabilidades e funções. Dúvida com enfoco no acompanhamento de revisão e execução dos instrumentos de gestão, ou seja, o próprio plano de cogestão, o plano de atividades e o relatório de atividades, estes dois últimos, que deviam ser públicos, não se encontram em nenhum local, não sei qual é o paradeiro, gostava de o conhecer, também não tenho dúvidas de quem é a competência para convocar as reuniões ordinárias da Comissão de Cogestão, sendo, tal como está no regulamento, mensais ou mesmo as extraordinárias, nos últimos quatro anos gostaria de saber quantas reuniões existiram da Comissão de Cogestão. Igualmente não tenho dúvidas a quem compete assegurar a articulação entre as entidades presentes na comissão e a sua relação com outras entidades externas ou incentivar e propiciar a intervenção de outros atores para a prossecução dos interesses e muitos deles estão aqui presentes, coloco estas questões ao responsável máximo pela Comissão de Cogestão da Reserva Natural da Berlenga, desde

2021 que é o senhor Presidente, é o senhor que acompanha, revê, executa o plano de cogestão, é o senhor que marca as reuniões para discutir todos os temas relacionados com a Reserva Natural da Berlenga, é o senhor que tem de articular com todas as entidades a prossecução dos interesses, é o senhor que assegura que a execução do plano e as ações e medidas do mesmo são realizados, não é o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, não é o IPL, não é a SPEA, não é a Smartocean, é o senhor que faz acontecer, não existem quaisquer dúvidas sobre este assunto, está no regulamento.

Agora, vamos analisar o plano de cogestão, o documento que elenca os eixos de atuação, as medidas, as ações, as prioridades para o triénio 2024-2026 e estão aqui várias ações que já houve em 2023-2025 e depois isto tem uma cadência que é, vai avançando um ano, portanto, à medida que vai avançando o triénio, 23-25 depois passamos para o 24-26 e também vamos amentando as ações. Aqui queria apenas elencar algumas que existem no plano. O horizonte temporal deste plano de cogestão são três anos, 2024-2026, isto é um documento que é público, que foi aprovado, portanto, qualquer um dos senhores poderá recorrer.

Quais são as competências: a cogestão das áreas protegidas concretiza o princípio da participação dos órgãos municipais na respetiva gestão, envolvendo também as Instituições de Ensino Superior e outras entidades relevantes como já disse.

Quais são as competências do ICNF no âmbito da cogestão: o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas enquanto autoridade nacional para a conservação da natureza e biodiversidade tem como missão assegurar o cumprimento das obrigações internacionais e nacionais nos domínios da conservação da natureza e da biodiversidade e o modelo de cogestão das áreas protegidas não altera estas competências, estas são as competências do ICNF no âmbito da cogestão. Existem no plano de cogestão quatro eixos de atuação: um - a promoção de práticas ambientais; dois - a sensibilização, promoção e divulgação do património; três - promoção de uma visita adequada; quatro - contribuição para a conservação da natureza e biodiversidade.

Numa análise SWOT que aqui existe, na parte das forças, é referida a existência do controlo da capacidade, isto para a cogestão é uma força a existência do controlo da capacidade de carga humana na ilha da Berlenga, depois, há as ameaças e a maior ameaça é o incumprimento da capacidade de carga humana.

Houve também um processo de auscultação onde foram ouvidas 56 participações, obtidas num inquérito realizado online. Podemos concluir daqui que os aspetos relacionados com o saneamento, a capacidade de carga humana e a comunicação foram sinalizados como sendo as principais limitações ou constrangimentos na Reserva Natural das Berlengas. De forma generalizada, os atores locais identificaram os projetos ligados à conservação da natureza e às atividades associadas à gestão da reserva como projetos prioritários.

Resumo: para a Reserva Natural das Berlengas, projetos de divulgação da reserva e de apoio aos agentes económicos foram considerados os menos prioritários. O que foi prioritário é que é sempre importante para a identificação e priorização dos projetos a desenvolver, concluindo-se então deste processo realizado no âmbito do modelo de cogestão que, exceto no caso dos representantes das operadoras turísticas, todos os atores locais identificam a Reserva Natural das Berlengas como área com estatuto de proteção e onde devem ser priorizados projetos associados à conservação da natureza, a leitura destes resultados sugere a necessidade de conciliar os interesses entre a exploração turística e a conservação da natureza na Reserva Natural das Berlengas.

É importante aqui referir que de 2023-2025 e de 2024-2026 mantém-se maioritariamente todas as ações e medidas que foram já descritas, no entanto, acrescentou-se aqui uma ação que tem que ver com o Centro Interpretativo Ambiental, tudo isto custa, e existe no plano de cogestão 2024-2026, cerca de cinco milhões de euros, 80% deste valor, cinco milhões e trezentos estão do lado da Câmara para executar várias medidas, por exemplo, o Centro Interpretativo Ambiental é referido

que deve situar-se em Peniche, é preciso dinheiro, sempre foi e sempre será, faz parte da vida de um decisor e gestor, mas o próprio plano diz como obter e a forma de o fazer, mas é o senhor Presidente da Cogestão que com as suas responsabilidades tem de articular com os outros intervoenientes, tem de ir junto do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas e das outras entidades que têm receitas próprias para financiar estas ações, isto está escrito no plano da cogestão, verificar, garantir se, por exemplo, em cada órgão está inscrito no seu orçamento valores para a Berlenga, deve procurar outras formas de financiamento, como seja o mecenato ou fundo ou contribuições do setor privado, foi e é responsabilidade reunir, debater, criar sinergias, ser-se proativo, atitudes e comportamentos proativos geram resultados, não podemos continuar a executar uma ação por ano e dizer que temos trabalho feito, aliás, analisando as medidas e como já tinha dito é um copy paste, com a agravante de apenas ser adicionado mais um ano no período temporal, o que era para 2023 passa para 2024 e o que era de 2024 passa para 2025 e assim parece que continua e esta inercia e não tenhamos dúvidas é o fundamento claro para que outras entidades adotem as posições que ainda recentemente foram preconizadas.

Convém ter aqui algumas ideias e não esquecer que em 2019 foi definido o limite máximo de 550 pessoas, e em 2021 foi publicada a Portaria que determina as condições de acesso à área terrestre e, entre muitas outras coisas, diz o seguinte: “o acesso à área terrestre da ilha da Berlenga é permitido durante todo o ano, sujeito às condições definidas no artigo seguinte”, depois elenca um período de acesso e classifica-se em época alta, mas, em janeiro de 2022, é fixado o valor da taxa devida pelo acesso com a particularidade de a sua receita e da fiscalização. Em termos de receita diz assim: “as receitas resultantes da cobrança das taxas referidas nos números anteriores (tem que ver com a taxa de 3€) devem ser preferencialmente afetas à promoção das medidas de valorização previstas na Portaria n.º 30/2021 que diz o seguinte: “as verbas devem ser asseguradas medidas de valorização nomeadamente: melhoria dos serviços de uso público presentes na ilha da Berlenga, nomeadamente de saneamento, de gestão de resíduos e de abastecimento de água, de acordo com as melhores práticas e implementação de alternativa de fornecimento de energia elétrica e viável, melhoria das infraestruturas existentes no Carreiro do Mosteiro, portanto, as receitas resultantes da cobrança das taxas é para isto, não é para outra coisa.

Fiscalização: a fiscalização do cumprimento da presente portaria compete aos órgãos locais da Autoridade Marítima Nacional, ao ICNF e ao Município de Peniche.

Sabemos que o acesso, pelo que vimos, é permitido durante todo o ano, sendo definidas as épocas altas e baixas, completamente calendarizadas na portaria, por exemplo, os concessionários, se o entenderem, podem estar abertos nessas épocas, desde que alguém garanta que esteja em funcionamento os meios essenciais, a água, saneamento, resíduos, eletricidade, etc., competindo isto a quem, às entidades públicas. Também verificamos que as receitas resultantes da cobrança devem ser preferencialmente afetas à valorização de medidas de valorização, por isso pergunto, o que é que nesta matéria já foi realizado, o que é que se prevê fazer, nomeadamente as necessidades básicas para o acesso e visitaçào à ilha, água, luz, resíduos, etc., durante todo o ano. Ambas as portarias referem que a fiscalização do cumprimento da portaria é da responsabilidade da Autoridade Marítima Nacional, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas e do Município, pergunto, quem atualmente fiscaliza o cumprimento do acesso e o pagamento, mas eu estou a falar in loco. Questiono porque é que o Município não segue uma boa prática de gestão que, aliás, é utilizada na Administração Central e na Local que são protocolos, por exemplo, garantindo a presença de fiscalização na ilha, sendo os seus custos divididos por estas entidades, durante a época alta onde existe mais visitaçào. Sabemos também que, em 2022, a taxa de acesso resultou numa receita de 164.000,00 euros, e que em 2023 foi de 207.000,00 euros tal como o senhor Deputado Luís de Almeida tinha dito. Onde é que foi aplicado? As medidas e ações do plano de gestão andam a passar de ano em ano, havendo uma curiosidade entre o plano de cogestão 2023-

2025 e 2024-2026 que, recorde-se, foi aprovado à pouco mais de um ano, 18 de dezembro de 2023, foi adicionada em 2024-2026 a seguinte medida: criação de um centro de divulgação ou interpretação para a Reserva Natural da Berlenga em Peniche, está escrito no plano de cogestão, cuja entidade responsável é o Município com um parceiro a definir com um orçamento de 500.000,00 euros, a ser concretizado em 2026, segundo o plano, cujo grau de prioridade é quatro (4) e eu vou-vos dizer que o cinco (5) corresponde a nada prioritário, isto é o que está no plano de cogestão.

Em janeiro de 2025, é publicado mais um despacho que é o tal despacho da senhora Ministra que analisa a viabilidade de transformar, inclusive, dá o nome de “Ecoforte das Berlengas” e convém aqui olhar um pouco para os parágrafos que estão aqui. Além de referir efetivamente os valores de receita, diz que: “Apesar dos benefícios ambientais e económicos conseguidos por via destes instrumentos, leia-se “taxa”, importa não esquecer que há problemas que estão por mitigar e por resolver. Há nomeadamente dificuldades em gerir a pressão turística e o número de operadores que gerem embarcações e grupos que chegam à ilha. O Ministério do Ambiente e da Energia pondera a requalificação do Forte de São João Batista e a sua adaptação a Centro de Interpretação Ambiental tendo por base financiamento proveniente da taxa turística e do fundo ambiental (a taxa turística já não serve para as medidas de valorização, serve para isto). Esta medida está em linha com o preconizado no plano de cogestão da Reserva Natural das Berlengas, aprovado em 2023, envolvendo a Câmara Municipal de Peniche e o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (não, não está, está em linha que existe um centro de interpretação em Peniche). Importa, contudo, evoluir para a conceção de um projeto integrado de restauro do forte e adaptação a finalidades informativas, educativas e expositivas. Poderá ainda ser considerado um espaço adequado de alojamento vocacionado para atividades prioritárias de índole educativo e científico, inclusivamente com valências laboratoriais que possam apoiar trabalho de investigação, recorde, adequado para alojamento vocacionado para atividades prioritárias de índole educativo e científico”.

Passada uma semana é publicado o Despacho n.º 2440/2025 que determina a elaboração de um programa especial da Reserva Natural das Berlengas e entre algumas coisas que aqui estão escritas diz assim: “contribuir para o ordenamento e disciplina das atividades piscatórias recreativas e turísticas de forma a evitar a degradação dos valores naturais e paisagísticos, estéticos e culturais do arquipélago, possibilitando o exercício de atividades compatíveis, nomeadamente o turismo natureza e investigação científica”, quem vai liderar isto? É o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, a elaboração deste plano deve estar concluído no prazo de dois anos é acompanhado de modo continuado por uma comissão consultiva, onde também a Câmara pertence. A Comissão de Cogestão participa nesta comissão consultiva nos termos adequados.

Meus caros, quem quiser retire as suas relações, tendo por base esta cronologia que agora aqui expus, eu já tirei as minhas e acreditem que os atos começam a estar alinhados e pondo em causa o equilíbrio que deve existir entre aquelas dimensões que tinha referido no início, tendo como aspeto chave a continuidade da pernita na ilha. Não posso deixar de recordar a todos que o Forte de São João Batista é gerido por uma associação desde 1975, cuja gestão lhe foi delegada pela Câmara Municipal, com todas as suas particularidades, nomeadamente ao nível da sua preservação e manutenção, gostaria de saber que tipo de apoio financeiro ou material, seja no panorama da cogestão ou mesmo da parte do Município, nos últimos anos, foi atribuído à Associação dos Amigos da Berlenga para cumprir a sua missão.

Em relação à divulgação, comunicação e relações institucionais que eu, na minha opinião, acho que o Município deveria ter voz ativa e ser o primeiro a dizer que “estou aqui”.

Reserva da Biosfera da Berlenga, a Freguesia de Peniche faz parte da Biosfera da Berlenga e é um dos fatores mais importantes para essa designação, ou seja, existir uma população que

dependa diretamente de um território classificado como Reserva da Biosfera, segundo li e segundo estudei, é um dos fatores decisivos para a atribuição daquela distinção e em termos técnicos, julgo eu que a Freguesia de Peniche estará numa designada zona de transição. Tendo presente esse aspeto, uma das prioridades do Município deveria ser a sensibilização e comunicação, quer à população quer a outros atores, não que exista Reserva da Biosfera, mas quão importante é ter a Reserva da Biosfera, é ter essa distinção, procurando garantir o tal equilíbrio entre natureza, economia, turismo, sustentabilidade, deveríamos estar na pole position neste assunto, quantas localidades ou territórios gostariam de ter um galardão da Unesco, que promoção, que projeção está a ser feita do nosso território ou do que já se conseguiu fazer, por exemplo, com os mariscadores do percebe ou do que se quer fazer com o Projeto Anzol Mais, mas é preciso sensibilizar, comunicar, ação, vender a marca do melhor percebe do mundo.

Pescadores da Berlenga, nomeadamente a APPAIB - Associação de Pescadores da Pesca Artesanal da Ilha da Berlenga, no que concerne ao relacionamento institucional com os diversos ministérios e outras entidades. Esta associação que se intitula dos e para os pescadores tem vindo a lutar em diversas áreas, seja nos combustíveis, na sustentabilidade da pesca, na melhoria das suas condições na ilha e no Porto de Peniche, que mesmo com poucos recursos vão trilhando o seu caminho e é esta nova geração de pescadores mais instruídos, com mais capacidade tecnológica, mas com grande enfoco na sustentabilidade da sua atividade e na otimização, o Executivo Municipal tem que ser um parceiro, seja na procura de soluções junto da Docapesca a respeito da construção de um cais flutuante para as suas embarcações ou outras embarcações que se dedicam à pequena pesca, isto num porto que serve de referência a nível nacional, seja no controlo da pesca ilegal, quer pelo lado do mar, quer pelo lado da terra, pesca lúdica na ilha e qual a sua fiscalização. Sabendo que os vigilantes do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas não são força policial, quem é a autoridade responsável por isto? Não sabemos e parece que também ninguém quer saber. Deve ser parceiro na certificação do peixe da Berlenga no Projeto Anzol Mais, defender a marca, o melhor robalo do mundo e nós sabemos que o peixe apanhado na Berlenga tem um valor comercial apetecível dos melhores restaurantes, o Executivo Municipal tem de querer e fazer acontecer, ser interventivo, questionar as outras entidades, ser chato, bater à porta dos gabinetes ministeriais quando for necessário e até agora nada disso, marcaram uma posição de ser diplomático, mas resiliente com vista ao equilíbrio deste território. A sociedade civil pode ter aqui um papel importante, é e sempre será um aliado na Berlenga, aliás, fazem parte deste ecossistema. Recordo o movimento iniciado para acampar na Berlenga e és isto que interessa, é o envolvimento das pessoas em prol de um bem maior e nesta altura a população do concelho de Peniche tem de estar informada do que se tem passado na gestão daquele território e estar alerta, a Berlenga é parte integrante do nosso território e o equilíbrio que atrás referi está em risco, cada entidade deve responder por estas dimensões, todas se devem complementar e não trabalhar isoladamente, permitindo que seja produzida documentação que não tem em consideração a sensatez institucional e devemos questionar o que é que o executivo tem feito para contrariar isto, o que é que o executivo ambiciona para a Berlenga nos próximos quatro anos, nos próximos oito, a Berlenga é de todos e para todos e assim deverá continuar de forma equilibrada e sustentada e não ao abandono por parte de quem tem o dever de a proteger e estimar.»

José Monteiro (CDU):

Disse o seguinte:

«Começo por agradecer esta oportunidade, as intervenções de fundo ao cargo dos senhores Deputados Luís de Almeida e Carlos Miguel Amaral, obviamente, intervenções importantes e começamos por saudar precisamente a importância que a temática nos trouxe, como tinha sido abordado na última Assembleia, e na qual nos revemos, muitos destes pontos que nos toca a todos

e como ele terminou enquanto residente e, obviamente, também aqueles que são operadores na Berlenga, associações e todos aqueles que, no fundo, cuidam pela preservação desta Reserva da Biosfera.

Se me permite, antes de abordar este tema, não poderia deixar de tocar uma outra temática que julgo que também teria importância que tivesse uma Assembleia Municipal extraordinária que tem a ver com a urgência e o acesso aos cuidados de saúde, desde a questão do hospital, problemas de extensões de saúde, elevado número de utentes sem médico de família, o número de dias de encerramento no nosso Serviço de Urgência Básica, é de facto um tema que julgo que se tem vindo a agravar e é altura de colocarmos também um ponto relativamente a esta temática. Peço desculpa por este à parte, mas gostaria que tomassem boa nota e que esta temática, talvez ainda antes do final deste mandato, uma vez que nos preocupa a todos, que a mesma não cai no esquecimento.

Relativamente à Berlenga, primeiro, um lamento, gostaríamos que a documentação em análise, que nos foi enviada hoje, é algo que devemos também rever, porque apesar de as intervenções de fundo estarem pré-definidas, julgo que também a todos nós nos permitiria um estudo mais aprofundado sobre o debate, com 15 documentos eu não consegui ler na sua totalidade e seria importante, fica aqui esta chamada de atenção.

Relativamente ao modelo de cogestão que deve ser repensado, clarificado, especificamente o ponto dois e ponto sete, tudo isso foi abordado nas intervenções, mas julgo que de facto isto deve ser repensado, até porque o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas muitas vezes recebe receitas e o Município investe, mas quase diríamos, onde é que é investido o dinheiro dessas mesmas receitas.

O Regulamento de Atribuição dos Abrigos, julgo que as preocupações foram manifestadas numa reunião do executivo, em fevereiro, de facto, preocupa-nos e revela essa necessidade de alteração ao regulamento incluindo a questão da alteração da titularidade que o Instituto de Gestão da Segurança Social atribuiu ao Município, pergunto que vantagens ou desvantagens trouxe ao Município.

A necessidade de intervenção no Forte de São João Batista, à que referir também a preocupação que a Associação Amigos da Berlenga tem em relação a este mesmo espaço, mas acredito que neste momento seja um espaço a necessitar de obras urgentes.

As preocupações que foram manifestadas nessa mesma reunião pela concessionária do restaurante, problemas de segurança à volta do mesmo, será que houve já essa devida resposta e teve em devida conta também por parte do Município.

Quanto ao parque de campismo, julgo que apesar de ter havido uma diminuição de número de alvéolos, é nosso entendimento que o parque de campismo é uma estrutura que não deverá desaparecer, portanto, também deve ser repensada.»

Vítor Agostinho (CDU):

Disse o seguinte:

«Quanto à temática que nos trouxe aqui, começo por reafirmar a nossa contestação quanto à forma que o despacho foi emitido, sem auscultar os Órgãos Autárquicos locais, consideramos um total desrespeito por parte do Ministério do Ambiente a não comunicação prévia sobre o mesmo conteúdo do despacho, sendo caso para dizer que o Município não foi tido nem achado sobre este mesmo.

Em segundo lugar, é nosso entendimento que o Centro de Impacto Ambiental ou Ecoforte não deveria ser sediado no Forte de São João Batista, mas também consideramos que a instalação de um centro cívico pode valorizar a mesma ilha. Neste sentido, lembramos que já houve um centro interpretativo na Berlenga, numa das casas de abrigo preparadas para esse fim e que agora

seria uma boa oportunidade para a sua valorização, defendendo que se deveria manter esse espaço de apoio à investigação científica.

Em terceiro lugar, entendemos que para o público em geral este centro interpretativo se deve situar em Peniche, permitindo o acesso ao maior número de pessoas e dada a atual limitação de entradas privaria muitos cidadãos do acesso ao conhecimento do próprio arquipélago. Este espaço poderia muito bem enquadrar-se num projeto para a Rua 13 de Infância.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Eu espero que no próximo mandato, seja quem for, que resolva os problemas todos da Berlenga num mandato.

Agradeço particularmente ao senhor Deputado Luís de Almeida a forma como abordou e preparou esta reunião, independentemente de eu não estar de acordo com algumas questões, às vezes é uma questão de informação, mas que, no fundo, foi uma intervenção virada para o futuro e não para fazer críticas ao Presidente de Câmara.

Em relação às verbas recebidas, nós ainda não recebemos nenhuma verba, penso que vamos receber em breve. Nestes últimos sete anos, em várias frentes, gastámos mais do que nos últimos 20 anos na Berlenga, mas ninguém deu nota por isso.

Quando chegámos à Berlenga, em finais de 2017, princípio de 2018 em várias oportunidades, primeiro, a água não era tratada, punham lá um bocado de cal e ninguém se preocupava muito com isso, o único equipamento que tinha água controlada era o restaurante, o resto ninguém se preocupava, em termos de saneamento, de certo modo, é um bocadinho como hoje e é um dos grandes desafios, estou a cingir-me à nossa gestão em termos de intervenção, o Forte de São João Batista a Câmara não intervém, não estou a criticar ninguém, acho que a Associação dos Amigos da Berlenga tem feito um excelente trabalho ao longo deste anos com a sua autonomia e com a concordância da Câmara Municipal e sem a definição do estatuto que muitos, nestes anos, nos pressionaram para o fazer e o quisemos fazer, porque os objetivos eram aqueles que foram agora abordados através dos dois despachos.

Não concordo em absoluto com a questão da sugestão do espaço expositivo na ilha, porque, quem conhece a situação, foi um fracasso autêntico. A sugestão de fazer um centro interpretativo já o referimos em reunião de Câmara, vamos apresentar um projeto, durante o mês de abril, de candidatura e será exatamente nas antigas cadeias. Estamos a aguardar, está a ser terminado um projeto para ir a reunião de Câmara de reabilitação do edifício, da praça e depois a outra componente dos conteúdos está contratualizada e há uma candidatura com outros Municípios que vão apresentar outro tipo de proposta, é uma parceria muito considerável.

Em relação aos combustíveis e à produção de energia alternativa, tivemos o prazer de o conseguir, politicamente, levar para a ilha, porque estava anunciado à 10 anos e foi o senhor Secretário de Estado da Energia, João Galamba, que nos ajudou a aprovar, com uma determinação muito grande do Grupo E-Redes que assim que chegámos nos veio colocar essa possibilidade e depois percebemos que era uma intervenção, acima de tudo, política, fomos várias vezes a Lisboa e conseguimos. Era um processo complicado, porque precisava de uma autorização da União Europeia.

Em relação às recentes posições relativamente à Fortaleza, concretamente em relação aos despachos, quero dizer que nós reunimos com a Associação dos Amigos da Berlenga, no dia 16 de janeiro, normalmente reuníamos uma vez por ano, procurámos dentro daquilo que era um projeto comunitário através de uma associação, como saberão também na cidade de Peniche existem posições divergentes, alguns que defendem e outros que atacam, isso é público, mesmo dentro dos autarcas e só estou a falar destes últimos mandatos, a mim nunca me ouviram pronunciar sequer

sobre isso, receio que quanto mais se mexe na coisa mais complicado é. Confesso que fiquei completamente surpreendido, depois daquilo que falámos na reunião com os órgãos sociais da associação, que aparecesse depois destes anos todos um despacho do Governo que está desinserido daquilo que é a realidade e nós reagimos de acordo com aquilo que conseguimos, pedimos uma audiência à senhora Ministra que nunca respondeu, falámos politicamente com algumas pessoas, convoquei a Comissão de Cogestão, reunimos a Comissão de Cogestão a 07 de março e a 12 de março, procurámos, e já agora faço também o registo do novo Diretor Regional do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas que provavelmente será um homem muito experiente e sugeriu que transformássemos, de certo modo, aquilo que estávamos como uma coisa negativa para uma possibilidade de fazer aquilo que precisávamos, alguns não estavam a compreender, eu percebi a oportunidade. O estudo é da responsabilidade do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas com o apoio da Câmara e nós dissemos que não era justo ser só com o apoio da Câmara, mas, entretanto, com a situação política do país estamos a aguardar que nos digam alguma coisa, porque a intenção era tentar aproveitar nestes seis meses a contratualização de um projeto de execução no sentido de poder existir condições para apresentar essa candidatura a fundos de ambiente, património ou outros, e procurámos informar este responsável por aquilo que eram as dificuldades do Forte de São João Batista, nomeadamente a necessidade de intervir internamente ao nível do edificado, mas também algumas intervenções internas, isso tem de ser contratualizado, não é a Câmara nem os técnicos Municipais, nós temos o nosso levantamento, já o fizemos à algum tempo e disponibilizámos, a intervenção no cais, falámos no cais e no perigo, para mim é surpreendente como não há ali acidentes e que não hajam pessoas que se aleijem regularmente, falámos do arco e do acesso pelas escadas. Tudo o que é feito na Berlenga é muito exigente, já ouvi muita gente defender, nomeadamente autarcas, que isto é muito fácil através de uma empreitada com um particular ou não. Nós tivemos uma experiência de uma empresa com um particular a fazer uma obra e não correu bem. A minha preocupação, pelo menos até outubro, é pelo menos conseguir que da parte da Câmara, nas intervenções que são da nossa responsabilidade, convencer trabalhadores do Município para ir para lá, não é fácil arranjar trabalhadores para ir para a ilha, parece tudo fácil, não é nada fácil, e temos de ter algum cuidado para que isso aconteça, é um problema que a Câmara no futuro vai ter, isto são obras de outra dimensão.

Uma das evidências que me preocupou quando cheguei à ilha a primeira vez e reagi mal, até porque a intervenção tinha sido feita já comigo nesta função que foi a intervenção de retirar chorões por baixo do restaurante, naquela zona que depois tivemos de vedar, não nos deixam intervir como podíamos, está no plano de cogestão, já recebemos 75.000,00 euros, de um montante de 150.000,00 euros para fazer uma intervenção ali, temos o projeto falta-nos o estudo geológico que nos exigiram depois de estar tudo feito, portanto, estamos a aguardar, e quem conhece a ilha também percebe que é um intervenção que é conveniente fazer fora do inverno.

No plano há um conjunto de obras que estão referenciadas que são uma necessidade, logicamente que isto vai dar muito trabalho e vai levar muitos anos. Uma parte das propostas do plano da cogestão dos próximos anos que fomos nós que colocámos, fizemos finca-pé nesta obra dos 150.000,00 euros em termos de financiamento dos fundos ambientais, mas referenciámos sempre a questão do saneamento que é fundamental para a ilha, senão um dia destes vamos ter uma má notícia, para além daquilo que falei do Forte de São João Batista, a questão do cais, o tipo de frota que nós temos, o número de embarcações que nós temos, a pressão que existe sobre o cais ou prolongamos o cais ou vamos ter problemas e outra questão que ninguém fala, mas eu não vou esconder, porque sou pressionado constantemente por várias entidades no sentido de interditar a praia, todos os anos tenho sido pressionado, temos resistido, temos convencido, parece que é tudo muito fácil, que as entidades são todas muito fáceis, é mais fácil, se calhar, mesmo com as dificuldades todas nós lidarmos uns com os outros, mesmo com as diferenças todas, do que muitas

vezes com as entidades públicas da Administração Central que muitas vezes os técnicos, ou não têm poder ou não o querem exercer, temos um bocadinho de tudo, é uma dificuldade muito considerável, acho que é um problema grande que vamos ter, é das áreas que mais me preocupa e até costumo dizer "coitado do ou da Presidente que levar com algumas situações da ilha da Berlenga, porque quando acontecer esse é que vai ser o criminoso.

Como saberão nós tivemos, através da cogestão, um técnico contratado que procurou fazer o melhor e nós procurámos que fizesse o melhor dentro das circunstâncias que existiam, ele foi embora, procurámos contratar outra pessoa, certo é que não conseguimos contratar outra pessoa naquilo que eram as condições que nós abrimos, uma pessoa fora do quadro por tempo determinado. Eu coloquei essa questão na primeira reunião da cogestão deste ano, nós neste momento temos um subsídio anual que não tem que ver com a receita resultante das taxas de acesso á ilha, tem que ver uma candidatura que está garantida até finais de novembro e eu coloquei a hipótese de podermos abrir concurso para a criação de um lugar por tempo indeterminado, com um curriculum abrangente, mas com uma perspectiva de contratar uma pessoa com segurança, é verdade aquilo que foi dito, tem de haver um responsável, eu costumo dizer que na ilha mandam várias pessoas, mas às vezes ninguém quer mandar, nós entendemos que tem de haver um político responsável pela ilha que dá as suas orientações que se envolve também na cogestão. Foram empresas à Berlenga no sentido de fazer o levantamento para os dois cais, o do Forte de São João Batista e o do Carreiro do Mosteiro, fizeram o levantamento do talude por baixo do restaurante até à gruta e pedimos também para fazer o estudo da arriba sobre a praia e são estes processos que alguém tem de agarrar e puxar a corda e, infelizmente, não há condições para que isso se concretize.

Nós falámos abertamente sobre a questão do Forte de São João Batista, do que deveria ser o futuro, não há decisão nenhuma tomada, mas vai haver discussão, agora, não tenho dúvidas de que aquilo é património do Estado, não tenho dúvidas de que Peniche batalhar para aquilo que quer que aquilo seja, nos momentos oportunos, acho que isso tem de ser equacionado nesta fase de aproximação da contratação do projeto de execução da ida de alguma empresa à ilha e os técnicos que forem à ilha vão ter de ser acompanhados, logicamente que eu vou tentar pressionar o responsável da área regional do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, porque ele não conhece a ilha, para que possa vir à ilha e perceber e em determinado momento, logicamente, tem de haver uma aproximação, um encontro, entre a associação e os representantes do Ministério do Ambiente e representantes do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, não é a Câmara que vai decidir o que vai fazer, só se delegarem na Câmara essa possibilidade, portanto, há uma questão em aberto que tem de ser trabalhada politicamente, na minha opinião, mas a maior prioridade, na minha opinião, são os grandes investimentos que são necessários na ilha.

Outras questões de gestão da ilha, do tráfego, do número de pessoas, sinceramente eu acho que não é este o momento, até porque estamos numa fase de transição, eu tenho opinião, mas não me quero meter, até porque alguns têm opiniões muito determinadas, eu tenho muitas dúvidas sobre todos esses processos, acho que temos de ter algum bom senso, algum equilíbrio, temos de fazer uma aproximação às entidades públicas, sejam a nível de técnicos, seja a nível de políticos, porque muitas vezes é aí que se faz a diferença, depende dos políticos, estou a falar na Administração Central, nós temos é de saber explicar bem o que é que queremos, mas temos de apresentar um plano, não tenho dúvidas nenhuma em relação a isso, a grande dificuldade é fazer isto tudo com o barco em andamento, nós temos uma realidade que desde há muito aquele território não estava preparado, portanto, vamos ter de definir prioridades, mas temos de ter, nomeadamente, o apoio técnico para o conseguir.

O ofício que enviámos à senhora Ministra procurou defender o nosso ponto de vista, mas não é ofensivo, não é para dizer que não contamos convosco e nós é que mandamos na nossa casa,

porque isso é caminho andado para a desgraça, se alguém conseguir fazer o contrário, ótimo, vão ter uma oportunidade daqui a pouco tempo.

Algumas das medidas que também estão previstas no plano de cogestão e que nos preocupam, não são só as casas de banho, já agora lembrar que onde era o centro interpretativo da ilha, através do projeto do SPEA, nós transformámos esse centro interpretativo em casa de banho para os pescadores, entre outras coisas, tem dois balneários e casas de banho, à relativamente pouco tempo reunimos com eles, houve uma falta de comunicação, mas penso que a situação ficou esclarecida e está resolvida, eles não têm uma casa de banho cada um dele, espero que quem vier possa fazê-lo, nós não tivemos essas condições, mas pelo menos têm condições para tomar banho e para ir à casa de banho de uma forma isolada e não estar à espera na fila quando está muita gente nas casas de banho públicas. Estive hoje a falar com os técnicos responsáveis pela divisão e não sabemos ainda aquilo que conseguiremos fazer na ilha este ano, porque estamos com muitas dificuldades e a pressão vem de muitas frentes, está planeada a ida de uma equipa à ilha daqui a uns dias para fazer as intervenções normais de início da época, colocar a ponte, fazer uns remendos, já temos lá temos pelo menos duas pessoas.

Sei que grande parte dos problemas de fornecimento de energia, uma parte ficou resolvida hoje, ontem ficaram alguns, penso que vão continuar a trabalhar para conseguir que amanhã resolvam outros e segunda-feira os restantes. Aviso desde já que o procedimento de contratação com a E-Redes para o ano vai ser diferente, não vai haver as facilidades que nós temos estado a dar, porque eles estão a fugir um bocadinho àquilo que é a normalidade, aquilo foi sempre um bocadinho fora daquilo que são os procedimentos normais de contratação, é para se prepararem, nomeadamente os pescadores e quem lá tem outras casas, com tempo para fazerem a contratação.

Quem quiser respostas mais concretas sobre aquilo que foi dito que nos façam chegar um email para procurarmos responder.»

Carlos Miguel Amaral (PS):

Disse o seguinte:

«Parte-se do pressuposto que às perguntas que eu fiz deveria ter respostas, não as obtive, portanto, das duas uma, ou reformulo as perguntas para tentar obter respostas ou então o senhor Presidente da Mesa passa para o público e eu fico sem respostas.»

Presidente da Mesa, Joaquim Farto (PS):

Disse o seguinte:

«Em princípio tudo aquilo que não for devidamente esclarecido ou respondido, como inicialmente tinha feito a referência, será depois respondido por escrito ou será colocado superiormente.»

Carlos Miguel Amaral (PS):

Disse o seguinte:

«Senhor Presidente, compreendo perfeitamente, peço desculpa, as questões que eu elenquei são questões dirigidas ao Presidente da Comissão de Cogestão da Reserva Natural da Berlenga e não foram respondidas. Não foi respondido o que é que foi relacionado com os planos de atividades e relatórios de atividades, não sei o que é que foi feito pela Comissão de Cogestão, não me foi dito quantas reuniões da cogestão existiram nos últimos quatro anos, não me foi dito onde é que foram aplicados, em dois anos, cerca de 300.000,00 euros, não me foi dito que tipo de apoio e financiamento, na ótica da cogestão ou na ótica do Município, foi feito para a Associação dos Amigos da Berlenga, quando o plano de cogestão tem duas medidas que diz: reabilitação do Forte de São João Batista e acessos e reabilitação do cais de acesso ao Forte de São João Batista, eu não

tive respostas, também não tive respostas do que é que o executivo pretende para a Berlenga nos próximos quatro a oito anos, portanto, estas são as minhas questões, não tive respostas assim me mantenho.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«O Regulamento dos Abrigos foi consensualizado com os pescadores e está a percorrer os procedimentos necessários, discussão pública, terá de ir a reunião de Câmara, terá de ir à Assembleia Municipal, aliás, muitas das questões que foram colocadas se nos momentos certos tivessem atentos poderiam ter-se pronunciado, porque são documentos públicos.

Sobre o parque de campismo, a nossa intenção, contra a vontade do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas e outras entidades, vai abrir dentro dos moldes do ano passada e já é assumido, da nossa responsabilidade.

Eu já respondi onde foram aplicadas verbas que foram transferidas resultante das receitas das taxas, não foram aplicadas, a Câmara tem estado a gastar do dinheiro que e da Câmara, que é de todos, porque o dinheiro ainda não veio.

Quem olhou para estes mapas do plano da cogestão, é como nós fazemos, na Câmara e noutras áreas de gestão, nós referenciamos, colocamos lá as propostas, fazemos um cronograma à espera que haja financiamento, então alguém está a pensar que a Câmara vai agarrar em um milhão ou dois milhões ou seja quinhentos mil e vai aplicar no cais e no forte e onde quer que seja, não, não há essa possibilidade, é como fazemos, esta Câmara e todas as outras Câmaras que dependem muito dos fundos comunitários, quando há oportunidade, temos é de estar preparados.

A questão deste despacho que saiu pode ter sido entendido, inicialmente fiquei desgostoso, mas o que é certo é que se aproveitarmos esta oportunidade, a partir dali, podemos ter um estudo, um projeto de execução e quem o faz se é o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas e o paga, porque do outro lado ainda não há dinheiro, portanto, não pode ser pago pelo outro lado, o do talude por baixo do restaurante e outros que estamos a fazer é a Câmara que paga, depois se forem candidatados e forem aprovados também nos pagam, é o normal, não se surpreendam, temos é de ter nos planos de atividade e nos orçamentos nem que seja mil euros, porque se abrir a oportunidade nós alteramos o orçamento, se não o tivermos lá é mais complicado.

As outras questões, eu gostaria que pudesse fazer chegar as perguntas para nós respondermos.»

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O senhor Presidente da Mesa deu a palavra aos cidadãos presentes que manifestaram intenção de intervir, apresentando-se de seguida, de forma sumária, nos termos do n.º 6 do artigo 49.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os esclarecimentos que foram solicitados e as respostas dadas:

ISABEL CORDEIRO:

Disse o seguinte:

«Estou a representar um conjunto de cidadão que se tem manifestado interessado na reabertura do campismo da Berlenga e gostaríamos de esclarecer algumas questões relativas a este tema.

Ainda no verão passado o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas manifestou novamente a intenção de tomar medidas para encerrar o campismo alegando a falta de

condições do mesmo. Gostaríamos de saber se existe alguma estratégia, quer para melhorar essas condições quer para mostrar que o campismo manter-se-á aberto independentemente das investidas desta entidade.

Seria conveniente também que se façam cumprir as normas e sejam dadas a conhecer bem como as marcações do campismo no momento da reserva, ou seja, quando as pessoas reservam.

Esperamos também que seja finalmente criado um espaço seguro e adequado para cozinhar, tal como nos foi referido numa das últimas reuniões de Câmara, em junho do ano passado, mas que não chegou a ser concretizado na época anterior.

Não deixo de referir também a importância de uma casa de banho de apoio e sanitários que recebam os visitantes com a legítima dignidade, bem como um funcionário que receba os campistas em condições, o que também não aconteceu o ano passado.

Gostaria de saber quando está prevista a sua reabertura e, ainda, salientar que acampar é ainda a forma mais sustentável e única de disfrutar da ilha e quem acede a esse privilégio de forma consciente, organizada e segura levará certamente para a sua vida uma experiência ímpar e inesquecível.»

FERNANDO LINO:

Disse o seguinte:

«Fico muito satisfeito de o centro interpretativo ser em Peniche e ser na cadeia, acho que é o espaço adequado.

Tenho grandes reservas sobre aumentos de cais na Berlenga, qualquer dia temos um cais para receber o quê, cruzadores? Porque, de facto, não faz sentido aquelas 1100 pessoas por dia, não são 550, são 1100 pessoas por dia na ilha, a ilha não tem condições em termos de saneamento básico, em termos até territoriais para receber 1100 pessoas na ilha, portanto, acho que cabia à Câmara dizer isto, para além de que nem levanto a questão de que ninguém fiscaliza as 1100 pessoas, claro que entram muito mais pessoas na ilha, não há qualquer fiscalização.

Em relação à taxa turística é lamentável que só agora se pense e que se fale na distribuição da taxa turística. A taxa turística deve ser para quem faz investimentos na ilha, quem faz investimentos na ilha na água, em obras, funcionários, todo o tipo de atividade que há na ilha é a Câmara Municipal, portanto, a reserva tem lá uns funcionários, mas não faz qualquer investimento na ilha, portanto, pelo menos dois terços daqueles três euros por pessoa, que ninguém fiscaliza, devia reverter para a Câmara que é, de facto, quem faz a despesa.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«O parque de campismo vai abrir, mas ainda não tem data prevista, vai ficar a data prevista depois de a nossa equipa ir para a ilha, aliás, a ligação da energia esteve marcada para dia 14, depois passou para o dia 17 e só foram lá na quarta-feira, portanto, não é assim tão fácil.

O argumento do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas é que juridicamente aquilo não é legalizável. Foi uma decisão unanime da Câmara que assumimos todos, admito que possamos todos estar aqui a correr algum risco, logicamente que o nosso objetivo é arranjar formas de legalizar a situação, tentámos várias formas e nenhuma delas foi aceite, mas nós mantivemos, de qualquer forma também existe, no segundo despacho há um segundo objetivo que poerá ser interessante ou não, é uma questão depois de o acompanharmos em termos do ordenamento e da regulamentação da ilha, para já vamos limpar o espaço.

É público, estão aqui pessoas do Conselho Estratégico da Reserva, eu disse na presença de pessoas que eu acho que foram as responsáveis por criar uma situação de destabilização na ilha,

para mim a situação de destabilização da ilha é o número de licenças que deram às embarcações, não tenho nada contra ninguém dos proprietários, mas acho que é um excesso, a Câmara deveria ter, em tempo oportuno, a capacidade, a competência de o fazer, acho que devia ser a Câmara, noutras coisas até dou de barato que é a cogestão, ali devia ter sido, logicamente que hoje não é fácil gerir esta situação, nós compreendemos a rentabilidade que os donos das marítimo-turísticas procuram retirar do tempo que têm, agora, o que é que deveria acontecer, a Câmara não tem capacidade para isso nem a cogestão, provavelmente o que o Governo fez há muitos anos na pesca e se calhar não fez bem, mas aqui provavelmente tem de haver isso que é indemnizar uma parte da frota e reduzir o número dos acessos, mesmo para a estabilidade da ilha e para os negócios esta não é a melhor solução, isso também detetámos, mas isso é uma questão política. Admito que possam ter razão, mas o Cabo Avelar tem a dimensão que tem e que transporta o número de passageiros que transporta, vamos fazer a avaliação e a referenciação das outras embarcações todas, quantos lugares existem hoje para transportes, esse é que é o grande problema. Se esta situação for para manter, eu quando defendo o prolongamento do cais tem a ver com esta pressão, é uma questão de segurança, se quiserem resolver de outra forma resolvem, agora eu acho que há outra forma de resolver, mas ninguém vai ter coragem para o fazer e ainda bem que não, porque não era justa, não foram as pessoas que avançaram sozinhos para aquelas decisões, aquela que eu digo que não há coragem é no licenciamento, mas não era justo, porque não foram os promotores os responsáveis, apesar de saberem os riscos que estavam a correr, foi a entidade gestora, a entidade que podia contrariar a lógica da apetência por aquele negócio e de mais licenças, que foi responsável. Concordo com o senhor Fernando Lino, mas nós hoje temos uma realidade que não se coaduna com aquele território.

Temos um caderno de encargos muito grande que os penicheiros, outros que aqui moram e que gostam muito da ilha e os que conhecem melhor a ilha e conhecem os problemas, deveriam de forma séria e justa dizer como vamos resolver este problema.

O parque de campismo ou é assim ou não pode ser assado, se nós este ano colocarmos um papel a dizer que são mais alguns lugares para tendas, aí damos-lhes razão, porque aquilo já foi um bocado negociado, logicamente que nós também conhecemos e aquilo tem lá espaço, mas temos de arranjar a forma de regularizar aquela situação e posso até admitir que possa ser muito interessante estar na ilha acampado, assim como ir à ilha e vir no mesmo dia não me dá gozo nenhum, dá-me gozo acordar na ilha ou estar no castelinho a beber umas cervejas, eu acho que o gozo é esse.

Nos próximos anos, como isto está, com os despachos, com a intenção do Forte de São João Batista, com a questão do saneamento, com as questões da água, tem de se resolver, não se pode adiar. Estamos a trabalhar naquilo que podemos para ajudar e preparar o dossier, nós vamos deixar dossiers preparados para quem vier e os contactos e as nossas opiniões, depois usa quem quer.

Sobre a confeção de alimentos/ refeições, nós vamos procurar encaixar, já tínhamos isso referenciado, no regulamento essa possibilidade, temos de ver como o fazemos, porque sabemos que é mais um argumento para quem não está de acordo com isto, mas nós estamos irredutíveis a partir do momento em que a Câmara definiu por unanimidade que estamos disponíveis para isto, queremos isto, só temos é de melhorar. Temos este contexto, não está como nós queremos, dentro deste contexto regulamentar o melhor possível com aquela preocupação sempre que nós temos, isso é uma cultura nossa, de assumir o risco e ter o risco coberto, os espaços que são nossos, só por distração é que não há essa preocupação, temos uma carteira de seguros muito superior ao que tínhamos quando chegámos, mas procuramos ter tudo certinho e a Berlenga preocupa-nos muito em termos de risco, portanto, há este compromisso nosso em termos de regulamento que vai fazer parte das regras deste ano.»

Presidente da Mesa, Joaquim Farto (PS):

Disse o seguinte:

«Resta-me agradecer a participação do público e as respetivas intervenções, agradeço igualmente aos senhores deputados por terem tornado este debate bastante agradável e penso que profícuo.»

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA:

Deliberação n.º 18/2025: Para efeitos de execução imediata, nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, submetida a votação a minuta da presente ata, constatou-se a sua aprovação, por unanimidade.

ENCERRAMENTO:

Sendo vinte e três horas e cinquenta e cinco minutos do dia vinte e oito de março, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão ordinária do mês de fevereiro, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que contém um resumo do que de essencial nela se passou, nos termos do número um do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, que eu, *Marina Viola*, Assistente Técnica da Divisão de Administração e Finanças, subscrevo e com o senhor Presidente da Mesa assino.

APROVAÇÃO:

A presente ata foi aprovada e assinada na sessão ordinária de abril da Assembleia Municipal, realizada no dia 21 de abril de 2025, tendo sido deliberado dispensar a sua leitura, por o respetivo texto haver sido previamente distribuído pelos membros da Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

(assinado no original)

Assistente Técnica da Divisão de Administração e Finanças,

(assinado no original)
